



**PARECER DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO DA
CÂMARA MUNICIPAL DE LINHARES**

Processo n.º: 313/2023

Veto n.º: 07/2023

Autoria: Prefeito Municipal

VETO TOTALMENTE, PO INCONSTITUCIONALIDADE, O AUTOGRAFO N° 026/2023 QUE CRIA O PROGRAMA CLINICA SALIDARIA LEO KANNER, PARA TRATAMENTO DE CRIANÇAS E ADOLECENTES CARENTES COM TRANSTORNO DE NEURODESENVOLVIMENTO, TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA), TRANSTORNO OPOSITIVO DESAFIADO (TOD) E TRANSTORNO DE DEFICIT DE ATENÇÃO E HIPERATIVIDADE (TDAH).

RELATÓRIO

Cuida-se de Mensagem Governamental comunicando a oposição do veto total à iniciativa parlamentar que dispõe sobre a criação do Programa Clínica Solidária Leo Kanner, para propiciar tratamento a crianças e adolescentes carentes com transtorno de neurodesenvolvimento: TEA – Transtorno do Espectro Autista; TOD – Transtorno Opositivo Desafiador; e, TDAH – Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade.

O Exmo. Sr. Prefeito - usando da faculdade que lhe confere o §1º do art. 66 da Constituição c/c art. 66, §2º, da Constituição do Estado do Espírito Santo c/c art. 34, §1º, da Lei Orgânica do Município de Linhares - vetou totalmente a referida





Câmara Municipal de Linhares

Palácio Legislativo "Antenor Elias"

proposição (Autógrafo nº 026/2023), sob o fundamento de que a mesma invadiu competência privativa, criando obrigações para o Poder Executivo.

Por força do veto do Chefe do Poder Executivo e em cumprimento ao Regimento Interno desta Casa (art. 198, caput), a matéria foi encaminhada ao exame desta Comissão (CCJ), competindo-nos nesta oportunidade analisar a matéria vetada quanto aos aspectos constitucional, legal e jurídico.

FUNDAMENTAÇÃO

De largada, cumpre assentar que o exame a ser realizado sobre o presente veto cingir-se-á aos aspectos estritamente jurídicos, especialmente com suporte nas matrizes constitucionais e legais que norteiam o processo legiferante.

Quanto ao aspecto formal, verifica-se que houve obediência ao prazo previsto no art. 34, §1º, da Lei Orgânica Municipal, bem como atendidos os requisitos previstos no parágrafo 2º do referido dispositivo.

Constatada a constitucionalidade formal da mensagem de veto em apreço, impõe-se o exame intrínseco dos motivos que lhe servem de fundamentação.

Nesse sentido, verifica-se que a matéria foi vetada pelo Sr. Prefeito por entender que a proposição está eivada de inconstitucionalidade por ferir o princípio da harmonia e separação entre os poderes.

Primeiramente, cumpre esclarecer que trata-se de um projeto que visa consolidar o disposto no artigo 23, inciso II, da Constituição Federal - o qual destaca ser de **competência comum do Município e dos demais Entes Políticos o cuidado com a saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas com deficiência** - e o previsto no artigo 30, inciso II, c/c o artigo 24, inciso XIV, ambos da Constituição Federal - que versam sobre a competência suplementar do





Câmara Municipal de Linhares

Palácio Legislativo "Antenor Elias"

Município para dispor sobre a proteção e integração social das pessoas com deficiência. Vejamos:

“Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

I - zelar pela guarda da Constituição, das leis e das instituições democráticas e conservar o patrimônio público;

II - cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência; (g.n.)

...”

“Art. 30. Compete aos Municípios:

I - legislar sobre assuntos de interesse local;

II - suplementar a legislação federal e a estadual no que couber;

...” (g.n.)

“Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

...

XIV - proteção e integração social das pessoas portadoras de deficiência;

...” (g.n.)

Outrossim, congruente ao entendimento da Douta Procuradoria desta Casa, o Poder Judiciário, na jurisprudência do E. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, vem adotando precedentes positivos no que tange à validade da iniciativa parlamentar municipal em legislar sobre a efetivação dos direitos das pessoas com deficiência:

Ementa: AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. Município de Caçapava. Lei nº 5.602, de 04 de julho de 2018, de autoria parlamentar, que assegura a todo aluno com deficiência o direito de efetuar matrícula na escola mais próxima de sua residência. Alegação de vício de iniciativa. Rejeição. Norma envolvendo proteção das pessoas portadoras de deficiência que não é reservada à iniciativa do Chefe do Poder Executivo. Supremo





Câmara Municipal de Linhares

Palácio Legislativo "Antenor Elias"

Tribunal Federal, ademais, que, no julgamento do Recurso Extraordinário nº 878.911/RJ, sob rito da repercussão geral, sedimentou entendimento "**no sentido de que não usurpa a competência privativa do Chefe do Poder Executivo lei que, embora crie despesa para a Administração Pública, não trata da sua estrutura ou da atribuição de seus órgãos nem do regime jurídico de servidores públicos**" (Tema 917). Alegação de ofensa aos princípios da Separação dos Poderes e da Reserva da Administração. Rejeição. **Lei impugnada que, longe de interferir em atos de gestão administrativa, busca apenas garantir efetividade ao direito de atendimento especializado às pessoas portadoras de deficiência, nos termos dos artigos 208 e 227, inciso II, da Constituição Federal.** Competência concorrente. Ação julgada improcedente. [TJ/SP, Órgão Especial, ADI 2251033-50.2019.8.26.0000, Rel. Des. Ferreira Rodrigues, j. 11/03/2020, pub. 18/03/2020, destaques nossos]

Ademais, a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal entende:

AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. CONSTITUCIONAL. AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE NO TRIBUNAL DE JUSTIÇA. CRIAÇÃO DO PROGRAMA CUIDADOR DE PESSOA COM DEFICIÊNCIA OU MOBILIDADE REDUZIDA. INEXISTÊNCIA DE OFENSA À INICIATIVA PRIVATIVA DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO. DECISÃO RECORRIDA QUE SE AMOLDA À JURISPRUDÊNCIA DO STF. DESPROVIMENTO DO AGRAVO REGIMENTAL. 1. Norma de origem parlamentar que não cria, extingue ou altera órgão da Administração Pública não ofende a regra constitucional de iniciativa privativa do Poder Executivo para dispor sobre essa matéria. Precedentes. 2. **Não ofende a separação de poderes a previsão, em lei de iniciativa parlamentar, de encargo inerente ao Poder Público a fim de concretizar direito social previsto na Constituição.** Precedentes. 3. Agravo regimental a que se nega provimento. [STF, 2ª Turma, ARE 1281215 AgR, Rel. Min. Edson Fachin, j. 30/11/2020, pub. 11/12/2020, destaques nossos]





Câmara Municipal de Linhares

Palácio Legislativo "Antenor Elias"

Conforme já salientado, a Suprema Corte já se manifestou com Repercussão geral, *vide TEMA 917*, no sentido de que não usurpa competência privativa do Chefe do Poder Executivo lei que, embora crie despesa para a Administração, não trata da sua estrutura ou da atribuição de seus órgãos nem do regime jurídico de servidores públicos. A referida tese estabelecida no mencionado TEMA vem sendo estendida em julgados do Pretório Excelso, datado do ano de 2020.

Destacamos o julgamento da ADI 4723:

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. CONSTITUCIONAL. LEI 1.597/2011, DO ESTADO DO AMAPÁ. CRIAÇÃO DA CASA DE APOIO AOS ESTUDANTES E PROFESSORES PROVENIENTES DO INTERIOR DO ESTADO. INEXISTÊNCIA DE OFENSA À INICIATIVA PRIVATIVA DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO. AÇÃO DIRETA JULGADA IMPROCEDENTE. 1. Norma de origem parlamentar que não cria, extingue ou altera órgão da Administração Pública não ofende a regra constitucional de iniciativa privativa do Poder Executivo para dispor sobre essa matéria. Precedentes. **2. Não ofende a separação de poderes, a previsão, em lei de iniciativa parlamentar, de encargo inerente ao Poder Público a fim de concretizar direito social previsto na Constituição.** Precedentes. 3. Ação direta julgada improcedente.

O entendimento exaurido acima foi reiterado no julgamento do AG. REG. no Recurso Extraordinário nº 1.282.22, datado de 14.12.2020:

AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO. CONSTITUCIONAL. AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE NO TRIBUNAL DE JUSTIÇA. CRIAÇÃO DO PROGRAMA CRECHE SOLIDÁRIA. INEXISTÊNCIA DE OFENSA À INICIATIVA PRIVATIVA DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO. DECISÃO RECORRIDA QUE SE AMOLDA À JURISPRUDÊNCIA DO STF. DESPROVIMENTO DO AGRAVO REGIMENTAL. 1[...] 2. Não ofende a separação de poderes a previsão, em lei de iniciativa parlamentar, de encargo inerente ao Poder Público a fim de concretizar direito social previsto na Constituição. Precedentes. 3. Agravo regimental a





Câmara Municipal de Linhares

Palácio Legislativo "Antenor Elias"

que se nega provimento. Sublinha-se, na oportunidade, trecho do voto do Excelentíssimo Sr. Ministro Edson Fachin quando do julgamento supracitado: "Ao contrário do alegado pelo agravante, a lei impugnada não implicou qualquer alteração na estrutura ou atribuição dos órgãos do Poder Executivo, limitando-se a concretizar a atuação daquele ente federado no tema tratado, **sem criar atribuição estranha às garantias constitucionais de proteção aos direitos sociais à segurança, educação e proteção à maternidade e à infância previsto nos art. 6º, da CRFB, também de competência do ente municipal.** Assim, a Câmara Municipal atuou em exercício legítimo de sua competência prevista, no art. 30, I, da Constituição Federal, para tratar de interesse local, de forma abstrata e geral."

Assim, frente à cognição pacificada no Supremo Tribunal Federal, é notório que o PLO em discussão não vislumbra qualquer ofensa à tripartição de poderes, **pois não cria, extingue ou altera órgão da Administração Pública, nem tampouco cria atribuição estranha à garantia constitucional de proteção à saúde e proteção das pessoas com deficiência,** prevista da CRFB/88.

Imperioso ainda destacar, que o autógrafo originário enumera como profissionais obrigatórios, apenas aqueles que já existem no quadro de servidores do Poder Executivo. Logo, não cria qualquer cargo ou aumento de despesas.

Os demais profissionais sugeridos, serão atos discricionários do chefe do Poder Executivo, conforme oportunidade e conveniência da administração pública, respeitando as diretrizes orçamentárias.

Logo, conforme exposto, o autógrafo vetado tem como **objetivo apenas concretizar direitos sociais e fundamentais previstos na Constituição da República e em todo o ordenamento jurídico** a fim de permitir a criação de um programa para oferecer tratamento a munícipes com deficiência, e em situações de vulnerabilidade, algo que por si só justifica a existência da norma em âmbito municipal.





Câmara Municipal de Linhares

Palácio Legislativo "Antenor Elias"

Em sendo assim, não reside nenhum vício, não havendo que se falar em INCONSTITUCIONALIDADE, devendo o veto de **REJEITADO**.

CONCLUSÃO

Ante o exposto, a Comissão de Constituição, Justiça e Redação da Câmara Municipal de Linhares/ES – por unanimidade de votos - opina pela **REJEIÇÃO TOTAL DO VETO** aposto pelo Exmo. Sr. Prefeito ao Autógrafo nº 026/2023, por não estar eivado de inconstitucionalidade.

Linhares/ES, 31 de maio de 2023.

Alysson Francisco Gomes Reis

Presidente

Francisco Tarcísio Silva

Relator

Johnatan Depollo

Membro



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi assinado eletronicamente e pode ser acessado no endereço <https://linhares.nopapercloud.com.br/autenticidade> utilizando o identificador 320036003900350033003A00540052004100

Assinado eletronicamente por **Alysson Reis** em 31/05/2023 11:22

Checksum: **151828666693BCB292B9DB2E5F2FAC369C3848DD4690200FE6D990440B3122AF**

Assinado eletronicamente por **Johnatan Maravilha** em 31/05/2023 11:40

Checksum: **468E173CBC916F4EA53F9FB7071F113EF98D96211E7269218ED8AD6B63E86E84**

Assinado eletronicamente por **Tarcisio Silva** em 31/05/2023 12:09

Checksum: **86DAB67E4B4B962EFB5487668112B242519E88835E89C919E843E306D356DB82**

